

José Augusto Seabra

POR UMA NOVA RENASCENÇA



temas portugueses

NOTA PREAMBULAR

Reúnem-se neste livro ensaios que se situam no horizonte de um movimento cultural que o autor, ao lado de um punhado de intelectuais independentes, empreendeu e animou na sequência do 25 de Abril de 1974, sob o signo de uma «Nova Renascença», retomando, na Segunda República emergente, a herança da «Renascença Portuguesa», interrompida após o fim da Primeira República e a instauração da ditadura. Muito deles foram publicados pela revista então lançada no Porto, no início dos anos de 1980, dando assim corpo ao Manifesto por uma Nova Renascença, pouco antes assinado por personalidades da vida cultural nortenha que se reconheciam nessa herança e intentavam dar-lhe continuidade, investindo-a no futuro. Outros foram escritos ou proferidos sob a forma de comunicações, artigos e conferências, ao longo das duas décadas supervenientes, em função de circunstâncias variáveis, a cujas solicitações corresponderam, no exercício de missões pedagógicas, culturais, cívico-políticas ou diplomáticas. E alguns deles prolongam os que o autor enfeixou já, em 1986, no volume Cultura e Política ou a Cidade e os Labirintos ¹.

Havendo cumprido, cada um a seu modo, em contextos diferenciados, o seu papel de textos catalisados das ideias-chave da «Nova Renascença», numa época de crise incubada de que agora se começam a sentir os efeitos diferidos, estes ensaios autonomizaram-se, em certa medida, constituindo núcleos temáticos que aqui o autor buscou ordenar, mais do que sistematizar, para efeitos de publicação conjunta, não sem que as intersecções, inflexões e mesmo algumas redundâncias entres eles detec-

¹ Coleção «Outras Obras», Vega, Lisboa, 1986.

tadas, deixando-se ao leitor a liberdade e a inteligência de lhes reconhecer ou discernir os fios condutores e os nexos íntimos, através das suas variações e tonalidades cambiantes.

Não se trata, apesar das marcas patentes ou latentes da convicção e da paixão — pensadas, vividas e agidas —, de um discurso retoricamente apologético de um movimento que se quis desde o início plural, tolerante e dialogante, isto é, «em que todos os princípios e todas as ideias fraternizam», como acerca da «Renascença Portuguesa» proclamava Pascoaes. Trata-se, sim, de reflexões e disquisições à volta de uma problemática que, na transição conturbada de um ocaso decadente para uma renascença auroral, num quadro nacional, europeu e mundial complexo, mobilizou e preocupou fundamente aqueles que com esse movimento de um qualquer modo se identificaram: a das identidades e alteridades civilizacionais e culturais que sobredeterminam a superação das incertezas com que hoje a todos os níveis nos confrontamos, no meio de conflitos étnicos, religiosos e ideológicos generalizados, que pontuam a hecatombe mas também os retornos dos totalitarismos, fundamentalismos e fanatismos de toda a ordem, a cujo pathos trágico assistimos entre o terror e a esperança.

As incidências espirituais, filosóficas, éticas ou estéticas dessa problemática nuclear, bem como as linguagens que lhe foram dando expressão, são discerníveis nestes ensaios. Elas constituem como que o outro lado de uma poiesis que sempre fecundou a escrita do autor, de par com uma responsabilidade livremente assumida na polis, ao longo de exílios interiores e exteriores, atravessados com incomodidade e por vezes na incompreensão das doxas intelectuais dominantes. Não sacrificando nem a dogmas nem a modas, alheios a protagonismos ou brilhantismos fáceis, eles cumpriram discretamente a sua função de sinais, na aceção de simples alertas, quando o exigia a premência de uma tomada de posição face ao descaso ou à cumplicidade de tantos perante os perigos e ciladas envolventes.

Às ameaças, testemunhadas ou pressentidas, das alienações totalitárias e seus avatares, tantas vezes ocultos sob a ilusão das «utopias realizadas», geradoras de monstros e pesadelos, contrapõe-se aqui o apelo permanente à assunção livre das formas plurais de ser, numa relação aberta e dialógica das linguagens em acto. Linguagens que se entrelaçam, num texto a escrever-se e a ler-se sempre outro, como o há-de ser o do ensaio quando avança de tentame em tentame, revolvendo aos nós de intersecção dos filamentos discursivos que se desfibram e entrosam, em demanda de novas derivações, quais as de variações musicais sobre temas recorrentes.

Para restituir o percurso ondulante de um movimento e de uma revista que se propôs ao mesmo tempo afirmar o seu projecto e acolher o contributo dos que o quiseram partilhar, vindos de quadrantes diversos e prosseguindo diversos horizontes, são apensos aos nossos ensaios os manifestos de que fomos co-autor, os quais dão conta da larga abrangência dos espaços culturais por que se expandiu a «Nova Renascença», fiel a uma continuidade — uma traditio — e atenta a todos os signos, mesmo indiciais, de uma revolutio das formas actuais de pensar, sentir e criar, sem fronteiras nem margens, confluindo numa universalidade feita de infinitas diferenças. Assim foi por nós assumida a simbiose, sempre em processo, do enraizamento e da errância, como pólos essenciais da nossa identidade e alteridade.

Paris, 5 de Outubro de 2002.

I

DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»
À «NOVA RENASCENÇA»

DA «RENASCENÇA PORTUGUESA» À «NOVA RENASCENÇA»

Há, recorrentemente, na nossa tradição cultural, por sobre as descontinuidades diacrónicas que tantas vezes a caracterizam, surtos de reafirmação de correntes profundas, cuja ressurgência é assumida por gerações distanciadas no tempo, mas que, em contextos diversos, se reconhecem, através e para além delas, em valores afins, como um novo ponto de partida para a busca de outras possíveis respostas a questões problemáticas ou a preocupações persistentes, sejam elas filosóficas, religiosas, políticas, sociais ou estéticas, cujos veios por um momento sincronicamente confluem, mesmo quando a níveis diferenciados. Num país carregado de história e atravessado ao longo dela por crises em que foi posta à prova a sua identidade, face a opções fundamentais quanto ao seu destino, nelas se jogando frequentemente a sua liberdade, as obsessões emergentes do passado, próximo ou distante, retornam e são permanentemente reconvocadas, dando assim conta, em cada conjuntura, de problemas de fundo, em retorno insistente, sobretudo nos transes maiores. Essas reincidências ganham tanto maior acuidade quando sobrevêm no quadro das grandes translações da vida nacional concomitantes com condicionalismos externos envolventes, exigindo de igual passo uma abertura a outros horizontes e um reexame das heranças próprias.

Ao reclamar-se, nas décadas finais do século xx, após o regresso de Portugal à democracia, do legado cultural da «Renasença Portuguesa», movimento cuja génese e desenvolvimento remontam à implantação e evolução da República, tendo sido in-

terrompido na sequência da ditadura, a «Nova Renascença», propôs-se não só retomar uma referência essencial da nossa modernidade — com aquela associação portuense se tendo iniciado, segundo Pessoa, a «organização da cultura nacional» — mas projectá-la na contemporaneidade e no futuro, nas condições supervenientes à distância de meio século, bem distantes no plano interno como internacional. Para lá do paralelismo geográfico e histórico circunstancial entre os dois movimentos, ambos emanados do Porto em momentos de mudanças de regime decisivas para o País — a queda das autocracias opressoras da Monarquia declinante e do «Estado Novo» em estertor —, o que sobretudo os aproxima é a preocupação essencial de um e de outro com a Renascença do povo português de situações similares da decadência, fazendo apelo a uma mobilização das suas reservas espirituais, cívicas e patrióticas, capaz de transcender as condições políticas e sociais mais imediatas desses períodos de transição conturbada.

Importa começar por reconstituir, antes de proceder a uma análise sucessiva de cada movimento, o que representou na história das ideias e das mentalidades do nosso país, numa larga curva secular, essa aspiração renascentista. Sem tal retrospectão será menos visível a percepção do alcance de projectos que, intermitentemente, entroncam numa linha de rumo comum, nas suas identidades e nas suas diferenças, a cujo cotejo haverá que proceder sem qualquer reducionismo comparativo, mas sim tendo presentes as especificidades que os singularizam em momentos díspares.

Foi no contexto político e sociocultural da «Regeneração» — palavra paradigmática, pela sua oposição semântica à de degeneração, cujos sinais já visíveis no Liberalismo se pretendia exorcizar — que por meados do século XIX surgiram no Porto as primeiras manifestações de uma doutrinação intelectual que iria conduzir pouco a pouco à emergência de um pensamento renascentista. O Romantismo conhecia então novas metástases: «Éramos, assim, os últimos românticos», escreveu Sampaio Bruno, evocando essa época crítica, na qual, sob a influência de Amorim Viana, descobriu uma vocação filosófica que mais tarde, na maturidade, o tornaria um dos precursores da «Renascença Portuguesa». Em *A Ideia de Deus*, Bruno dá conta, de forma impressiva, do que representou para a sua geração a obra desse professor de Matemática da Academia Politécnica, nascido em Lisboa mas ra-

dicado no Porto, depois de ter cursado a Universidade de Coimbra, que colaborava desde 1852 numa revista inconformista como *A Península*, onde publicou nomeadamente uma *Análise das «Contradições Económicas de Proudhon»*, e que se envolvera numa polémica com Camilo sobre o poder temporal do Papa, revelando-se enfim um «teólogo laico», como o apelidou Sant'Anna Dionísio, com um livro explosivo, que lhe valeu o Índice. Eis como Bruno assinala o choque provocado pela heterodoxia filosófico-teodiceica de Amorim Viana: «Em 1865 aparecia, no Porto, esse livro inverosímil ainda hoje em Portugal, *A Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*. No Porto, em 1865, um livro cheio de Schleiermacher e Hegel; no Porto, em 1865, um homem empregando-se a desenrolar, com originalidade discriminante, numa prosa castigada e nobre, deduzida e quente, a confissão árida do judeu holandês Espinosa! Havia nada mais incongruente? E mais punível?» Bruno insiste significativamente — repare-se — na reiteração anafórica do Porto como *polis* adoptiva do filósofo.

O «deísmo racionalista» de Amorim Viana, como o caracterizou Sampaio Bruno, marca sem dúvida o início de um surto filosófico e teodiceico portuense, a que o seu discípulo e exegeta procurou dar continuidade, com a *Análise da Crença Cristã*, em 1874, embora numa perspectiva divergente da do mestre: ao invés de conciliar, como este, a exemplo de Leibniz, a fé e a razão, defendia a contraposição radical da religião e da ciência, tese que haveria no entanto mais tarde de corrigir, em *A Ideia de Deus*, livro que, tendo sido projectado como uma «crítica da teodiceia», seria afinal uma assunção profética desta, simétrica da de Amorim Viana: «Se Deus existiu e Deus existe, Deus existirá!», proclama messianicamente Bruno. Esta reintegração de Deus em Deus devia muito à influência de Martines de Pasqualis, o esotérico *maçon* judeu e cristão francês de origem portuguesa, autor do célebre *Traité de la Réintégration des Êtres*.

Uma tónica, essencial, a relevar no pensamento do filósofo republicano: a sua recusa do positivismo, dominante, sob a égide de Teófilo Braga, no republicanismo português, tal como no brasileiro, do qual faria uma análise e uma refutação cerradas em *O Brasil Mental* (1898). Atitude que haveria de ter profundo eco na geração da «Renasença Portuguesa» e em particular no seu filósofo criacionista, Leonardo Coimbra, sendo uma das constantes da «Escola Portuense».

Entretanto, no plano nacional, esgotadas as veleidades regeneradoras, que no «fontismo» conheceram um derradeiro fôlego, desacompanhado porém de uma transformação social e moral do país, este mergulhou numa crise larvar, traduzida num medíocre rotativismo. Foi a geração de 70 que mais radicalmente denunciou o que Eça e Ramalho chamaram n' *As Farpas*, o «progresso da decadência». As razões profundas desta foram escalpelizadas por Antero numa das Conferências Democráticas do Casino sobre as Causas da Decadência dos Povos Peninsulares, com as repercussões conhecidas. As saídas possíveis para o declínio latente da Monarquia Constitucional variavam, porém, para os protagonistas dessa geração: desde o republicanismo positivista ao socialismo proudhoniano, eles dividiam-se em função de estratégias ora eivadas de um iberismo e de um internacionalismo consonantes com as ideologias e convulsões que alastravam pela Europa, ora repassadas de um patriotismo de tom romântico, de que a celebração do tricentenário da morte de Camões, em 1880, foi uma manifestação significativa, representando uma inflexão do republicanismo para o nacionalismo. O *Ultimatum* inglês de 1890 veio a ser, uma década depois, o detonador de um sobressalto nacional que iria levar ao colapso final da Monarquia. A Liga Patriótica do Norte, liderada no Porto por Antero, e o levantamento republicano do 31 de Janeiro, onde sobressaíam as figuras de Sampaio Bruno e Basílio Teles — dois vultos não apenas políticos mas filosóficos prestigiados, em que os renascentistas se iriam reconhecer — foram a expressão de um momento de consciência crucial. Mesmo se as divergências entre os republicanos portuenses e os dirigentes do Partido Republicano Português a respeito daquela revolta retardaram o curso dos acontecimentos, a verdade é que a Monarquia estava ferida de morte e nem a ditadura de João Franco, em 1907, conseguiria conter a vaga de fundo que levaria à implantação da República em 1910.

Foi precisamente em reacção contra essa ditadura, através de uma aguerrida greve académica, que surgiu na cena político-cultural um punhado de jovens intelectuais do Porto movidos por ideais que, sendo republicanos mas não positivistas, assumiram um pendor libertário, haurido em motivações filosóficas, religiosas e estéticas com raízes ao mesmo tempo nas nossas tradições nacionais, redescobertas pelo Romantismo, e nas correntes de pensamento em ebulição na Europa *fin-de-siècle*, do anarquismo ao cristianismo tolstoiano.

ÍNDICE

<i>Nota preambular</i>	9
------------------------------	---

I

Da «Renascença Portuguesa» à «Nova Renascença»

Da «Renascença Portuguesa» à «Nova Renascença»	15
Manifesto «Por uma ‘Nova Renascença’»	33
II Manifesto «Por uma ‘Nova Renascença’»	37
III Manifesto «Por uma ‘Nova Renascença’»	41

II

Identidades e alteridades culturais

A identidade cultural portuguesa	47
A identidade cultural e cívica do Norte: uma antropologia da liberdade	63
Um patriotismo aberto à universalidade	73
Portugal e o diálogo entre as civilizações e as culturas	85

III

Utopias e ideologias

Os labirintos da cidade	95
A crise das ideologias e a Renascença das culturas	107
Do czarismo ao comunismo ou a tragédia de uma ilusão	123
Identidades e alteridades culturais num mundo global	137
Religiões e civilizações (ou Huntington corrigido por Pessoa)	145

IV

Educação e cultura

A educação e a cultura	151
Educação e liberdade.....	157
Leonardo Coimbra e a liberdade da educação e da cultura	167
Uma política para a educação	175
Pluralismo cultural e diversidade de projectos educativos.....	185
Portugal e a UNESCO.....	193

V

Cultura e religião

Sampaio Bruno: a Inquisição e o sebastianismo	211
Mística e exílio no judaísmo	219
Poética e religião no saudosismo	227
Leonardo Coimbra e o cristianismo	239
O discurso cultural de D. António: um diálogo entre a fé e a cultura	251

VI

A pátria-língua

Uma língua, sete espaços culturais	265
A irradiação internacional da língua portuguesa: uma prioridade da política cultural externa	271
Por uma política internacional e uma diplomacia da língua portuguesa	277

VII

A outra margem atlântica

A descoberta do outro na carta de Pêro Vaz de Caminha	287
Sampaio Bruno, o Brasil e a República.....	297
Portugal entre o Brasil e a Europa	309
O Brasil ao vivo num diálogo lusófono.....	313
A Ibero-América: uma perspectiva portuguesa	321
<i>Proveniência dos textos</i>	327

Acabou de imprimir-se
em Novembro de dois mil e seis.

Edição n.º 1009916

www.incm.pt
E-mail: dco@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br

